

## A DECLARAÇÃO DE FÉ BATISTA DE NEW HAMPSHIRE E AS DOCTRINAS DA GRAÇA

*Gilson Santos* \*

*“Pois esta vontade livre será tanto mais livre, quanto mais sã;  
e tanto mais sã, quanto mais sujeita à misericórdia e à graça divina”.*  
(Agostinho, *Epístola 157, ii 8*)

Alguns têm interpretado o conteúdo da *Confissão de Fé de New Hampshire* como uma tentativa de modificar o vigoroso calvinismo dos dias primitivos para alguma coisa mais saborosa ao paladar das igrejas no início do século XIX. Pensando desta maneira, Lumpkin escreveu ao referir-se à nomeação, em 1830, da comissão para redigir a Confissão:

A resolução de chamada para esta atitude (...) indicava que o sentimento da Convenção era que as conhecidas declarações batistas de fé não fossem "precisamente a mesma linguagem que eles desejavam". De fato, as perspectivas teológicas dos Batistas Calvinistas na área de New Hampshire foram consideravelmente modificadas a partir de 1780 pelo levantar dos Batistas do Livre Arbítrio (depois chamados Batistas Livres) através da liderança de Benjamin Randall. A mensagem dos Batistas do Livre Arbítrio era recebida com entusiasmo pela expressiva classe média da Nova Inglaterra, e seu evangelismo caloroso produziu uma revolta contra o rígido sistema teológico de alguns batistas calvinistas. *A Confissão de New Hampshire, desta forma, procurou restaurar o seu calvinismo em tons bastante moderados.*<sup>1</sup>

Seguindo a mesma linha de raciocínio, John Landers inferiu:

As Igrejas cada vez mais ficaram insatisfeitas com o calvinismo da Confissão de Filadélfia de 1742. A Convenção Estadual de New Hampshire publicou a sua própria confissão em 1833, *amenizando o calvinismo da Confissão anterior.*<sup>2</sup>

Conquanto tenham fundamento as observações dos dois autores acerca do *contexto* em que a Confissão de Fé de New Hampshire foi elaborada, a inferência a que chegaram, todavia, ressentem-se de comprovação empírica e carece de melhor colocação. Estes autores negligenciaram os fatores internos à publicação da Confissão, e não se ampararam numa análise documental dos próprios motivos que levaram os batistas de New Hampshire a providenciarem sua Confissão de Fé. De fato, uma análise do conteúdo da própria Confissão de New Hampshire confirmaria o que já dissera Hiscox (1814-1901), comparando-a com a

---

\* O autor é bacharel em teologia e licenciado em história, pastor evangélico batista, ocupando atualmente o ministério pastoral na *Igreja Batista da Graça*, em São José dos Campos, SP. Cooperou na equipe editorial da revista *“Fé para Hoje”* da Editora Fiel, e exerce a função de presidente da *Comunhão Reformada Batista no Brasil* (CRBB), período 2004/2005.

<sup>1</sup> Cf. LUMPKIN, William L. *Baptist Confessions of Faith*. 1. ed. Filadélfia: The Judson Press, 1959, p. 360. Itálicos nossos.

<sup>2</sup> Cf. LANDERS, John. *Teologia dos Princípios Batistas*. Rio de Janeiro: JUERP, 1986, p. 64. Itálicos nossos.

Confissão de Fé de Filadélfia: “Elas em sentido algum se contradizem. Quanto à substância das doutrinas, não diferem essencialmente”.<sup>3</sup>

## 1. A Confissão de New Hampshire e o Calvinismo Histórico

Se por um lado é verdade que a Confissão de New Hampshire não é tão detalhada ou extensa quanto a Confissão de Filadélfia, também é verdade que a substância das doutrinas permanece inalterada. Os autores da Confissão de New Hampshire preocuparam-se com a concisão, o que, aliás, tornou-se uma das marcas distintivas de sua declaração doutrinária. Não obstante, é necessário que se verifique os aspectos de resistência desta Declaração de Fé, como alguns historiadores têm demonstrado com mais precisão.<sup>4</sup> Os autores da *Confissão de Fé Batista de New Hampshire* desejaram mostrar que as questões e problemas suscitados pela presença e crescimento dos Batistas do Livre Arbítrio não eram alheios ao conhecimento ou indiferentes ao interesse do calvinismo histórico.

Uma ênfase recorrente na estrutura teológica dos *Batistas do Livre Arbítrio* era a culpabilidade do homem. A culpabilidade estende-se tão somente na medida da liberdade de vontade do homem e/ou da provisão da graça de Deus. O "poder da livre escolha é a exata medida da responsabilidade do homem", disse Benjamim Randall (1749-1808).<sup>5</sup> E se a queda afetou negativamente a vontade, a redenção levada a efeito pelo Deus triúno colocou todos os homens em pé de igualdade. A salvação pode ser atualmente conquistada por qualquer pessoa, pois ninguém é excluído.

Todos estão dependentes da salvação mediante a redenção efetuada pelo sangue de Cristo, e por serem criados novamente em obediência pela operação do Espírito; ambas as coisas, não obstante, são gratuitamente providenciadas para todos os descendentes de Adão.<sup>6</sup>

O mesmo ensino constitui-se a essência do seu conceito de chamada do evangelho. A chamada do evangelho "é co-extensiva com a expiação para todos os homens", assim como são os "esforços do Espírito". Desta maneira, a salvação é interpretada "como possível para todos". E se alguém falha em ser salvo, "a falta é inteiramente de si mesmo".<sup>7</sup>

Os autores da *Confissão de New Hampshire*<sup>8</sup> mostraram-se justificadamente preocupados em que as pessoas compreendessem (e vissem-na plena e inequivocamente declarando) que o calvinismo não é um sistema mecanicamente fatalista. Antes, que este toma

<sup>3</sup> HISCOX, Edward T. *The Baptist Directory; a Guide to the Doctrines and Practices of Baptist Churches*. New York: Sheldon and Company, 1870, pp. 153-154. Para uma comparação entre o conteúdo das duas Confissões de Fé, cf. RISHEL, Joel. *Harmony of Calvinistic Baptist Confessions of Faith*, 1997, online <http://web.archive.org/web/20031211102455/http://www.nb.net/~jrishel/harmony.html> [capturado em Novembro de 2004].

<sup>4</sup> Cf., por exemplo, NETTLES, Thomas J. *By His Grace and For His Glory; a Historical, Theological, and Practical Study of The Doctrines of Grace in Baptist Life*. 2. ed. Grand Rapids: Baker Book House, 1990, pp. 44 – 48.

<sup>5</sup> LUMPKIM, *op. cit.*, p. 370.

<sup>6</sup> *Ibidem*.

<sup>7</sup> *Ibidem*.

<sup>8</sup> Cf. WALLACE, O. C. S. *O que Crêem os Batistas*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1923. Esta obra consiste de um comentário da Confissão de Fé de New Hampshire. Uma publicação baseada na tradução de 1954 é *Declaração de Fé das Igrejas Batistas do Brasil*. Rio de Janeiro: JUERP, 1969, 15 p. Para uma versão atual online em português (embora sem os textos de prova), consulte: <http://www.monergismo.com/textos/credos/new.htm> [capturado em Dezembro de 2004]. Neste artigo as citações da Confissão de Fé de New Hampshire são feitas em itálicos, e os artigos grafados em caixa alta.

inteira consideração da natureza moral do homem, dos deveres que lhe são atribuídos como um resultado desta natureza moral, e do relacionamento do evangelho com esses deveres. O artigo A QUESA DO HOMEM indica o estágio teológico para esta progressão:

*Creemos que o homem foi criado em um estado de santidade, sob a lei do seu Criador; mas caiu desse estado santo e feliz, por voluntária transgressão, em consequência da qual todos são feitos agora pecadores, não por constrangimento mas por escolha, sendo por natureza completamente destituídos daquela santidade que a Lei de Deus requer, e totalmente dados à satisfação do mundo, de Satanás, e de suas próprias paixões pecaminosas; estando, portanto, sob justa condenação à ruína eterna, sem defesa ou escusa.*

O pecado é voluntário, a condenação justa, e todos os homens (com ou sem a provisão de salvação) estão sem defesa ou escusa. Em sentido algum os deveres do homem para com Deus são ab-rogados pela manifestação da graça.

O artigo VI, DA GRATUIDADE DA SALVAÇÃO, esboça o caminho através do qual a depravação do homem relaciona-se com a livre e aberta pregação do evangelho:

*Creemos que as bênçãos da salvação cabem gratuitamente a todos por meio do Evangelho; que é dever imediato de todos aceitá-las com fé obediente, cordial e penitente; e que nada impede a salvação, ainda que do maior pecador da terra, senão sua própria depravação inerente e sua voluntária recusa em submeter-se ao Senhor Jesus Cristo, recusa esta que sujeita-o ao agravamento da sua condenação.*

O calvinismo em nenhum sentido elimina a responsabilidade do homem para crer em tudo quanto Deus tem dito. Sua afirmação da depravação e da necessidade da iniciativa divina não é feita ao custo do indeclinável e irredutível dever do homem para com Deus. O artigo que fala DA HARMONIA ENTRE A LEI E O EVANGELHO demonstra esta verdade, pois a lei "é santa, justa e boa; e... a incapacidade atribuída pelas Escrituras ao homem decaído para cumprir os seus preceitos, deriva inteiramente do amor que ele tem pelo pecado". Na REGENERAÇÃO, o Espírito Santo opera no sentido de "assegurar nossa obediência voluntária ao Evangelho". Em adição, o ARREPENDIMENTO E A FÉ "são deveres sagrados"; mas o fato de que eles são deveres em sentido algum diminui a realidade de que também são "inseparáveis graças, operadas em nossas almas pelo Espírito regenerador de Deus". O fato de que a incapacidade flui do pecado não elimina a realidade da incapacidade. E o triunfo da graça soberana dá-se quando alguns dentre esses pecadores são salvos. Este equilíbrio é claramente demonstrado no artigo DO PROPÓSITO DA GRAÇA DE DEUS:

*Creemos que a eleição é o gracioso propósito de Deus, mediante o qual ele gratuitamente regenera, santifica, e salva pecadores; que esse propósito, sendo perfeitamente consentâneo com a livre agência do homem, compreende todos os meios que concorrem para esse fim; que é a mais gloriosa manifestação da soberana bondade de Deus, sendo infinitamente livre, sábia, santa e imutável; que exclui inteiramente a jactância e promove a humildade, o amor, a oração, o louvor, a confiança em Deus, bem como a imitação ativa de sua livre misericórdia; que encoraja o uso dos meios no mais elevado grau; que é verificada por seus efeitos em todos aqueles que verdadeiramente crêm no*

*evangelho; que é o fundamento da segurança cristã; e que o verificá-la a respeito de nós mesmos exige e merece a nossa maior diligência.*

O mesmo cuidado em estabelecer a relação apropriada entre os aspectos divino e humano demonstra o artigo DA PERSEVERANÇA DOS SANTOS. Os Batistas do Livre Arbítrio advertiam os crentes a "vigiar e orar para que eles não viessem a naufragar da sua fé e se perder".<sup>9</sup> Diziam que embora a graça seja de grande ajuda, as debilidades dos crentes e as tentações podem ser tão fortes, que "sua obediência futura e salvação final não estão determinadas nem certas".<sup>10</sup> Os Batistas calvinistas não eram menos cuidadosos e vigilantes; mas eles estavam determinados a atribuir a vigilância e perseverança à fidelidade de Deus para com seu povo. Se de fato alguém tem experimentado a soberana bondade de Deus na regeneração, isto será evidenciado em uma nova afeição direcionada às coisas de Deus. Sua origem e continuação não estão na dependência da resistência da vontade humana, mas antes do poder de Deus.

*Creemos que só são crentes verdadeiros aqueles que perseveram até o fim; que a sua ligação perseverante com Cristo é o grande sinal que os distingue dos meramente professos; que uma Providência especial vela pelo seu bem-estar; e que são guardados pelo poder de Deus mediante a fé para a salvação.*

## **2. "Livre Arbítrio" ou Livre Agência do Homem**

Os chamados *Batistas do Livre Arbítrio*<sup>11</sup> declaravam que "o poder da livre escolha é a medida exata da responsabilidade do homem". A ênfase deles repousava sobre o conceito de uma vontade livre ("livre arbítrio"). Esta sua visão representava um desvio da visão batista predominante.

É conveniente, a esta altura, que se faça um ligeiro retrospecto sobre o conceito de "livre arbítrio" e a sua inserção no contexto evangélico.

### **2.1. O "LIVRE ARBÍTRIO"**

Desiderius Erasmus (1466-1536), um humanista nascido em Rotterdam, na Holanda, foi uma das mais brilhantes luzes da Renascença. Como muitos humanistas<sup>12</sup> da Renascença, ele manifestou aguda percepção da hipocrisia, extravagância, intolerância e irrelevância espiritual da igreja. Muitos evangélicos hoje poderiam ler Erasmus com proveito, especialmente considerando o reaparecimento dos mesmos problemas. Por outro lado, o reformador Martinho Lutero (1483-1546), contemporâneo de Erasmus, estava insatisfeito não meramente com a desordem da sala e a colocação da mobília, mas com a mobília propriamente dita.

Sempre que pensamos sobre nossas diferenças com Roma, nós nos lembramos da veneração de imagens, da infalibilidade papal, do papel mediador atribuído aos santos, e principalmente do culto a Virgem Maria. Entretanto, o ponto chave na Reforma pode ser encontrado na seguinte questão: "Quem salva quem?". O fator decisivo na salvação é algo que o homem faz ou algo que Deus faz?

---

<sup>9</sup> LUMPKIM, *op. cit.*, p. 374

<sup>10</sup> *Ibidem.*

<sup>11</sup> Em inglês, livre arbítrio é *free will*, de onde o seu nome *Free Will Baptists*.

<sup>12</sup> "Humanismo", no sentido clássico, é um bom termo e não deve ser confundido com humanismo secular.

Erasmus dizia: "Posso conceber o 'livre arbítrio' como um poder da vontade humana, mediante o qual um homem pode aplicar-se àquelas coisas que conduzem à eterna salvação, ou pode afastar-se delas".<sup>13</sup> Erasmus quis encontrar o meio termo entre dizer, de um lado, que Deus nos salva sem a nossa cooperação, e do outro lado, que nós nos salvamos (a nós mesmos). Um lado importa-se com a graça; o outro, com a natureza. Assim, Erasmus propôs uma posição intermediária conhecida como "sinergismo" (lit. "trabalhar junto"): Deus ofereceu a redenção; o homem deve cooperar com a graça exercitando seu livre arbítrio. O livro de Erasmus - *Discussão Sobre o Livre Arbítrio (Diatribes seu collatio de libero arbitrio)* -, publicado em 1 de setembro de 1524, agradou ao Papa e ao Sacro Império Romano, e foi elogiado por Henrique VIII (1491-1547).

Lutero opôs-se ao conceito de Erasmus, convencido de que o "livre arbítrio" erasmiano fere no âmago a doutrina da salvação exclusivamente pela graça divina. Conhecido (e condenado) antes de Erasmus como *semipelagianismo*, isto não foi visto por Lutero como uma solução bíblica. Lutero considerou a doutrina da *escravidão da vontade* como a pedra angular do evangelho e o verdadeiro alicerce da fé cristã.<sup>14</sup> Na base da crítica luterana está a convicção de que a teologia de Erasmus é centrada no humano. Na obra *A Escravidão da Vontade*<sup>15</sup>, publicada dezesseis meses após a *Diatribes* de Erasmus, temos uma refutação clara e definitiva aos argumentos erasmianos em favor do livre arbítrio, na sua defesa da posição humanista da Igreja Católica Romana. Quatro vezes maior do que a obra de Erasmus, Lutero a escreveu no calor da batalha, contendo toda aquela tendência polêmica que alguém esperaria do Reformador naquele contexto. Utilizando-se em sua obra do clássico argumento *reductio ad absurdum*, Lutero considerava *A Escravidão da Vontade* o seu livro mais importante porque falava de questões que ele reputava como o *cor ecclesiae*, o próprio coração da igreja.<sup>16</sup>

Mas o que o leitor irá encontrar de mais intrigante é a contemporaneidade deste debate, pois os argumentos de ambos os lados não sofreram grandes mudanças. Ainda hoje a teologia católica romana chama a obra e teologia de Lutero de "a tragédia do *De servo arbítrio* do protestantismo".<sup>17</sup> O conceito de Erasmus entrou nos arraiais evangélicos via *arminianismo* e *socinianismo*. Com algumas alterações, foi desenvolvido e popularizado por John Wesley (1703-1791) e a tradição Wesleyana. No século XIX, veio a integrar o cerne do chamado *liberalismo teológico modernista*; e Charles Finney (1792-1875) e seus herdeiros o aplicaram à metodologia evangelística. No século XX, o conceito humanista do livre arbítrio teve o seu zênite no movimento pentecostal. E um exame honesto do evangelho apresentado em nossos dias demonstrará, tragicamente, que a posição da maioria dos evangélicos está mais voltada para o humanismo de Erasmus do que para a posição bíblica do reformador.

Recentemente, entre os batistas brasileiros, Darci Dusilek chegou mesmo a afirmar que a posição de Erasmus está mais perto das Escrituras do que a de Lutero:

<sup>13</sup> Erasmus em *De Libero Arbitrio*, 1524. Cf. a versão condensada e de fácil leitura do clássico de Martinho Lutero, *De Servo Arbitrio*, por POND, Clifford. *Nascido Escravo*. São José dos Campos; Editora FIEL, 1984, 93 p.

<sup>14</sup> Tratando deste aspecto de servidão da vontade, Agostinho emitiu uma opinião interessante: "Um escravo está *livremente* em servidão se ele faz a vontade do seu senhor com prazer" (Cf. Agostinho, *Enchiridion*, 30).

<sup>15</sup> Para uma versão *online* em inglês, consulte:

[http://www.truecovenant.com/truelutheran/luther\\_bow.html#judgment](http://www.truecovenant.com/truelutheran/luther_bow.html#judgment) [capturado em Dezembro de 2004].

<sup>16</sup> Para uma leitura acerca do debate entre Lutero e Erasmus, com uma boa síntese acerca do pensamento de Lutero, cf. SPROUL, R. C. *Sola Gratia; A Controvérsia sobre o livre-arbítrio na História*. São Paulo: Cultura Cristã, 2001, pp. 91-109.

<sup>17</sup> ROQUER, D. Ramón. "Teología Católica". In: *Enciclopedia Labor*. Tomo IX. Barcelona (Espanha): Editorial Labor, 1960, p. 772.

Ao tempo da Reforma Protestante, Erasmo de Roterdã contestou a negação extrema da liberdade humana nos primeiros escritos de Martinho Lutero. Erasmo não via qualquer valor nos mandamentos de Jesus se o ser humano não tivesse a liberdade de obedecer. Isso ele afirmou em seu livro *In The Freedom of the Will* (Sobre a Liberdade da Vontade) publicado em 1524. No ano seguinte Lutero replicou em um opúsculo intitulado *The Bondage of the Will* (O Grilhão da Vontade) onde declarou que o ser humano não é mais do que um macaco governado quer por Deus ou pelo Diabo

(...) Lutero foi um grande líder religioso e a Reforma Protestante não aconteceu em vão, mas esta negação da liberdade humana não ajudou o Luteranismo a desenvolver a tarefa evangelizadora da Igreja. As Escrituras Sagradas são mais preciosas do que a tradição humana, ainda que essa tradição seja a tradição protestante.

(...) Parece que o Luteranismo induziu muitos ao erro ao fazer uma falsa exegese de Romanos 8.28.<sup>18</sup>

Ao examinar a respeitável obra de Lutero o leitor procurará em vão encontrar essa caricatura simiesca do ser humano. O que Lutero faz, amparado em razoável conhecimento da Bíblia, da teologia e da filosofia, é submeter a vontade à natureza, o que é verdade, aliás, em todos os agentes morais. É lógico que Dusilek (nem qualquer pessoa sã) jamais compararia Deus a um gorila por agir invariavelmente em conformidade com sua vontade santa. Da mesma maneira, poderíamos comparar os nossos irmãos queridos, que já estão na glória, com sua vontade aperfeiçoada, santificada, a “macacos governados por Deus”?

Lutero insistiu que as Escrituras ensinam claramente que os seres humanos nascem espiritualmente mortos, incapazes de responderem a Deus favoravelmente por sua própria “vontade”, pois esta vontade é escrava do pecado. Não é como se a vontade do incrédulo fosse inativa; todavia, é febrilmente ativa em rejeitar a Palavra de Deus, na qual a alma perdida não encontra prazer. Portanto, o que a condição do incrédulo requer não é meramente a excitação da vontade ou o chamado externo à fé e obediência, mas o sobrenatural ato da graça, no qual Deus transpõe todos os obstáculos e muda o rebelde pecador em direção a Ele, oferecendo-lhe a dádiva da fé salvadora.

Algumas pessoas, se lerem a obra de Lutero supramencionada, simplesmente chegarão à conclusão de que aquilo que ele escreveu veio a ser genericamente apelidado de “agostinianismo” ou “calvinismo”, e isso fará com que imediatamente ignorem o assunto. Alguns luteranos de nossos dias parecem fazer exatamente isso, e não há dúvida de que muitos cristãos evangélicos da atualidade farão a mesma coisa.

Entretanto, quando estudamos o período da Reforma, torna-se-nos patente que os líderes do protestantismo - Lutero, Zwinglio, Calvino, Bucer, Beza, John Knox, etc. – concordavam, todos, que o homem, por sua própria natureza, é incapaz de fazer qualquer coisa ou contribuir para a sua salvação, e que Deus é absolutamente soberano na sua graça. Os reformadores podem ter diferido a respeito de outras coisas, mas eram unânimes nesta concordância.

## 2.2. A CONFISSÃO DE NEW HAMPSHIRE E O “LIVRE ARBITRIO”

No final do século XVIII e início do XIX os Batistas da Nova Inglaterra, pressionados pela necessidade de manterem a ortodoxia doutrinária, encontravam-se diante de um novo desafio: a emergência dos *Free Will Baptists*. Em New Hampshire, a Declaração de Fé

<sup>18</sup> DUSILEK, Darci. *Predestinação e Eleição*. Rio de Janeiro: Horizontal Editora, 2001, pp. 44-45, 49.

formulada mostra como eles lidaram com este fato e responderam às questões suscitadas. Eles o fizeram apresentando a substância doutrinária que os batistas até então esposavam, dando, não obstante, a devida atenção ao contexto.

No artigo sobre a QUEDA DO HOMEM diz a Confissão de New Hampshire que por causa do pecado os homens são "*por natureza completamente destituídos daquela santidade que a Lei de Deus requer, e totalmente inclinados à satisfação do mundo, de Satanás, e das suas próprias paixões pecaminosas*". Ao tratar da GRAÇA DA REGENERAÇÃO diz que esta "*consiste na outorga de uma santa disposição à mente, e que isso se efetua pelo poder do Espírito Santo de um modo que transcende à nossa compreensão... de maneira a assegurar a nossa obediência voluntária ao evangelho*". No artigo da HARMONIA ENTRE A LEI E O EVANGELHO diz-se da "*incapacidade atribuída pelas Escrituras ao homem decaído para cumprir seus preceitos*". E o ARREPENDIMENTO E A FÉ são "*inseparáveis graças, operadas em nossas almas pelo Espírito Regenerador... e que por essas graças somos convencidos de nossa... incapacidade*".

Os arminianos levantavam duas grandes objeções: Primeiro, eles diziam que o conceito de incapacidade sustentado pelos calvinistas, e a doutrina da eleição apresentada como um ato da liberdade e soberania de Deus, não se coadunavam com a liberdade, e, por conseguinte, com a responsabilidade moral do homem. Segundo, que aquelas doutrinas são inconsistentes com os esforços pessoais dos indivíduos para assegurarem-se da salvação. Na verdade, tais objeções não são novas. Elas já foram apresentadas ao apóstolo Paulo (Rm 9.14-21).

Temos que ter em mente aquelas claras e fortes declarações da Confissão, bem como as objeções dos arminianos, ao lermos o artigo acerca da eleição como PROPÓSITO DA GRAÇA DE DEUS. Ao tratar desta doutrina, diz: "*A Eleição... sendo perfeitamente consentânea com a livre agência do homem, compreende todos os meios em conexão com o fim*". Esta afirmação tem sido mal interpretada, mormente no Brasil, onde a expressão "livre agência" (do inglês, *free agency*) foi traduzida como "livre arbítrio" (no inglês, *free will*). No Brasil, o termo "livre arbítrio" tomará a acepção filosófica humanista, em detrimento do conceito razoável histórico-batista (e com sustentação bíblica) da livre agência moral do homem. É interessante notar que o termo *Free will* (livre arbítrio, livre vontade) estava em alta cotação naquele contexto, mas os batistas de New Hampshire preferiram não utilizá-lo na Confissão de Fé.

### 2.3. O CONCEITO BATISTA DE LIVRE AGÊNCIA MORAL DO HOMEM

George W. McDaniel (1875-1927), por várias vezes o presidente da Convenção Batista do Sul dos EUA, disse: "A posição batista tanto reconhece a soberania divina como a livre agência moral".<sup>19</sup>

O conceito batista de "livre agência" pode ser verificado na obra do pastor e teólogo Andrew Fuller (1754-1815). Fuller foi o fundador da *Sociedade Batista Missionária*, que teve início com o envio de William Carey (1761-1834) como missionário dos batistas ingleses. Os escritos de Fuller eram amplamente conhecidos na Nova Inglaterra, por ocasião da elaboração da Confissão de Fé de New Hampshire. Francis Wayland, escrevendo em 1857, discorreu a respeito da influência dos escritos de Andrew Fuller na Nova Inglaterra, especialmente sua obra *Gospel Whorthy of All Acceptation* (O Evangelho Digno de Toda Aceitação). Disse Wayland acerca dos escritos de Fuller: "nos estados do norte e do leste, têm se tornado quase

<sup>19</sup> McDANIEL, George W. *apud* SIMMONS, Thomas Paul. *Um Estudo Sistemático de Doutrina Bíblica*. Imprensa Brasileira, 1954, p. 203.

universais".<sup>20</sup> E David Banedict (1779-1874), notável historiador batista do século XIX, escrevendo em 1860 o deleitável livro *Fifty Years Among The Baptists* (Cinquenta Anos entre os Batistas), narra no capítulo acerca do "Credo Doutrinário dos Batistas", o que ele chamou de conflito entre os "Gillistas" (do teólogo batista John Gill) e os "Fulleristas" (de Andrew Fuller).<sup>21</sup> Só isto dá para se ter uma idéia da influência dos escritos de Fuller, principalmente entre os batistas do norte dos EUA, na primeira metade do século XIX. Os autores da Confissão de New Hampshire estavam, certamente, bem familiarizados com os ensinamentos de Fuller.

O ensino de Fuller explicitava que a vontade do homem está em escravidão. Porém, que este fato não reduz a responsabilidade do homem nem sua livre agência. Um diálogo fictício entre Gaio e Crispo dá expressão à defesa filosófica de Fuller para esta legítima distinção:

**G.** Ninguém pode conceber um poder de agir voluntariamente contra a inclinação prevalecente, pois isto é em si mesmo uma contradição; e um poder de mudá-la é algo não menos absurdo. Se uma pessoa empreende mudar sua inclinação prevalecente, isto terá que ser de modo involuntário ou voluntário. Se do primeiro, este não pode ser um exercício da livre agência; se do último, então ele deveria ter duas inclinações prevalecentes opostas ao mesmo tempo, e isto seria igualmente uma contradição. E se isto não fosse uma contradição, ele, por conseguinte, não mais estaria seguindo sua inclinação; isto é, sua virtual inclinação, a qual se supõe que ele possuía, teve sua viciosa tendência mudada. Se liberdade da influência de motivos, ou poder para mudar uma inclinação, é essencial à livre agência, então o próprio Ser Divino não é livre. Deus, como todos temos de reconhecer, possui uma imutável determinação para fazer o que é reto, e não pode, na mínima medida, ou por um simples momento que seja, inclinar-se ao contrário. Ele é, de forma expressiva, necessária e invariavelmente conduzido na infinita retidão da sua vontade. O mesmo, em certa medida, pode ser dito dos santos anjos e dos espíritos dos santos homens aperfeiçoados. Assim, longe de serem livres da influência de motivos, ou de terem o poder de mudar a inclinação prevalecente dos seus corações, tais motivos que, devido à depravação da nossa natureza, têm apenas pequeno efeito sobre nós, exercem influência total sobre eles, e constantemente determinam neles a mais ardente procura da justiça.

**C.** E ainda assim, você diz que eles são agentes livres?

**G.** Se Deus, os anjos, e os santos no céu não são agentes livres, então quem o é?

**C.** Mas isto é liberdade moral.

**G.** Verdade! Mas o mesmo raciocínio aplicar-se-á à escravidão moral. Se uma tendência inalterável da mente para o Bem não destrói a livre agência, tampouco uma inalterável tendência para o Mal. Satanás é tão livre agente quanto o é Gabriel, e isto é muito mais explicável em Deus em tudo quanto Ele faz.<sup>22</sup>

No seu desenvolvimento desta distinção, Fuller está claramente convencido de que ela se opõe à "noção arminiana de Livre Arbítrio". Ele argumenta sem reservas contra os arminianos, por causa da suposição deles de que alguém pode agir contrariamente, ou até

<sup>20</sup> WAYLAND, Francis. *Notes on the Principles and Practices of Baptist Churches*, apud NETTLES, *op. cit.*, pp. 133-14. Wayland (1772-1849) foi um educador e pastor batista, reitor da Universidade Brown.

<sup>21</sup> BENEDICT, David. *Fifty Years Among the Baptists*. New York: Sheldon & Co. Boston: Goud & Lincoln, 1860, pp. 141.

<sup>22</sup> FULLER, Andrew. *The Complete Works of The Rev. Andrew Fuller*, revisado por BELCHER, Joseph, Vol. 2. Filadélfia: American Baptist Publication Society, 1845, p. 657.

mesmo mudar, uma inclinação prevalecente. Conclui ele que, neste tocante, eles chegam mesmo a reivindicar uma parte, "sim, o verdadeiro ponto decisivo, da salvação". Tal visão presume que o pecador apenas necessita de "ajudas ou assistências outorgadas aos homens em geral, possibilitando-nos escolher a vereda da vida". Mas a realidade é que os "nossos corações são por natureza inteiramente depravados, e necessitamos do Onipotente, sim, de um invencível poder para renová-los, pois do contrário nossa livre agência simplesmente acelerará a nossa eterna ruína".<sup>23</sup>

É desta maneira que Füller concebe a livre agência do homem. E como vimos, sua maneira de ver era defendida com vigor por batistas na Nova Inglaterra. Os batistas desta região que, em algum aspecto ou outro, não estavam tão afinados ao pensamento de Füller, inclinavam-se, como vimos, para a teologia do Dr. John Gill (1697-1771). Gill, que erroneamente tem sido acusado de antinomianismo, disse:

Uma determinação da vontade para *uma* coisa qualquer não é contrária à escolha, pois tanto a vontade humana de Cristo, como a dos anjos e dos santos glorificados estão determinadas somente para o que é bom e, não obstante, tanto escolhem como o fazem livremente (...) Além disso, nem a impotência do homem, nem a influência eficaz da graça de modo algum impedem a liberdade das ações humanas. Um ímpio que está sob a mais forte das parcialidades, poder e domínio da sua concupiscência, age livremente; como também um homem ao fazer o que é espiritualmente bom (...) quando ele está sob as mais poderosas influências da graça divina.<sup>24</sup>

A Confissão de New Hampshire expressa o reconhecimento de que é mais apropriado falar de um agente livre, porquanto a vontade do homem nunca age independentemente de todas as suas demais faculdades. Como diz Kennedy, "a vontade do homem não é alguma espécie de giroscópio interno, que se movimenta e gire como bem quiser. Antes, faz parte integral do ser humano - a alma humana".<sup>25</sup> O homem possui intelecto, emoções e volição. A vontade, sem exceção alguma, faz aquilo que a mente e o coração lhe dizem para fazer. A vontade do homem, enfatizamos, nunca age de modo contrário à mente e ao coração. Kennedy procura ainda responder à seguinte indagação: o homem tem a capacidade de escolher qualquer coisa que queira fazer?

Sim, ele tem! Essa é uma inalienável contribuição de Deus à alma humana - o homem faz sempre e somente o que lhe agrada. O homem é um agente autodeterminador. Ele pode originar ações e escolher o que melhor lhe agrada, em qualquer dada ocasião (...).

Reitero que o homem é livre para fazer o que lhe aprouver. Mas daí não se deve concluir, necessariamente, que o homem é livre para fazer o que deveria moralmente fazer!<sup>26</sup>

A pergunta que se deve fazer é esta: o que o homem natural deseja? Tem ele a tendência de preferir praticar o bem, de escolher a Jesus Cristo, de aproximar-se de Deus? Qual é a inclinação da mente e do coração do homem sem Cristo? A Confissão de New Hampshire

<sup>23</sup> Ibid., p. 658.

<sup>24</sup> GILL, John. *The Cause of God and Truth*. Londres: W. H. Collingridge, 1855, pp. 184-185.

<sup>25</sup> KENNEDY, D. James. *Verdades que Transformam*. São José dos Campos: Editora FIEL, 1986, p. 19.

<sup>26</sup> Idem, pp. 20-21.

responde dizendo que por causa do pecado os homens são "*por natureza destituídos completamente daquela santidade que a Lei de Deus requer, e totalmente inclinados à satisfação do mundo, de Satanás, e das suas próprias paixões pecaminosas*"; e declara que a Bíblia atribui ao homem decaído a "*incapacidade para cumprir Seus preceitos*".<sup>27</sup> John Dagg (1794-1884), pastor, teólogo e educador batista do século XIX, expôs tal incapacidade em seu *Manual de Teologia*. Dagg, que recentemente um professor batista no Brasil, de forma absolutamente infeliz, denominou "jurássico", asseverou com pertinência:

Os homens são incapazes de se libertarem da depravação.

O primeiro elemento dessa incapacidade é visto no fato de que aos homens falta a disposição necessária para tanto. Por natureza preferimos as trevas à luz, o pecado mais do que a santidade (...) O motivo é que a mente carnal é inimiga de Deus (...) Um outro fator que corrobora essa total incapacidade é que, ainda que os homens tivessem a disposição, não têm o poder necessário. Os homens têm o poder necessário para cumprirem os atos externos que a lei de Deus requer (...) A depravação não consiste em atos externos, mas está ligada ao coração. As inclinações do coração não estão sujeitas à vontade como estão sujeitos os movimentos dos membros do nosso corpo (...) A corrente de depravadas afeições em nosso coração, que desde o princípio de nosso ser vem fluindo na direção errada e adquirindo vigor pela força do hábito não estanca apenas porque queremos a sua interrupção. A volição não pode estancá-la, como se estivesse movendo um dedo. Se alguém pensa que por vontade própria terá o poder de ser santo, que experimente realizar a façanha e descobrirá como está enganado. (...) Neste caso, a incapacidade inclui a falta de disposição quanto poder de ação, resultando em total inabilidade. Esta inabilidade não é uma desculpa para a depravação, mas é a própria depravação, em sua total influência sobre todos os poderes da alma.<sup>28</sup>

Outro teólogo batista do Sul, James Boyce (1827-1888), apresenta uma abordagem diferente desta de Dr. John Dagg. Boyce é da opinião que a essência da responsabilidade consiste no poder de ação contrária, assim quisera alguém.<sup>29</sup> Segundo pensa Boyce, o poder da ação contrária é essencial à livre agência. Isto é, o poder que se tem de fazer diferente do que se faz, desde que assim se *queira*. Se em algum momento a pessoa não tivera *querido* proceder como procedeu, *poderia* ter procedido diferentemente. O agente é sempre livre para fazer como lhe *apraz*; o que significa dizer, sem dúvida, como lhe *apraz no todo*. Ele segue o seu desejo mais forte.

Independentemente da ênfase ou abordagem que se prefira, em ambas demonstra-se que a vontade age tão somente segundo seu curso mais forte.

A liberdade da qual a Confissão de New Hampshire está falando, portanto, é a de agir no contexto de sua própria natureza. "A pomba não tem qualquer vontade de ingerir carniça; o corvo não tem qualquer vontade de comer a comida limpa da pomba", diz A. W. Pink (1886-

<sup>27</sup> A Confissão Batista de 1689 declara que "com a queda no pecado, o homem perdeu completamente toda a sua habilidade volitiva para aquele bem espiritual que acompanha a salvação. Por isso, o homem natural é inteiramente adverso a esse bem, e está morto em pecados. Ele não é capaz de se converter por seu próprio esforço, e nem mesmo de se dispor para isso" (9.3).

<sup>28</sup> DAGG, John L. *Manual de Teologia*. São José dos Campos: Editora FIEL, 1989, pp. 140-141.

<sup>29</sup> BOYCE, James P. *Abstract of Systematic Theology*. Filadélfia: American Baptist Publication Society, 1899, p. 201.

1952).<sup>30</sup> Satanás não tem poder de vontade para praticar a santidade. E falando com toda a reverência, podemos afirmar que o Senhor Deus não pode desejar aquilo que é mau. A vontade é, pois, regulada pela natureza. A expressão "livre agência do homem", inserida na Confissão de Fé de New Hampshire, não exclui a determinação. Livre agência é agir de acordo com os próprios desejos e inclinações. É certo que o homem tem preferências conflitivas, mas segue sempre a sua mais forte preferência e, em assim fazendo, torna-se inteira e absolutamente responsável.

Que dizer, pois, da expressão "livre arbítrio"? Em geral, trata-se de uma expressão inadequada, e cujo uso tem servido para apresentar um conceito insustentável, tanto bíblica quanto filosoficamente. Alguns admitem o seu uso como sinônimo de livre agência, conquanto esta admissão não diminua as impropriedades do termo. C. H. Spurgeon (1834-1892) chega a dizer:

Já foi provado além de toda controvérsia que o livre arbítrio é uma tolice. A liberdade não pode pertencer ao arbítrio como a ponderação não pode pertencer à eletricidade. Elas são coisas completamente diferentes. Podemos crer em agente livre, porém o livre arbítrio é simplesmente ridículo. É bem conhecido de todos que a vontade é dirigida pelo entendimento, movida por motivos, conduzida por outros componentes da alma e considerada como algo secundário.<sup>31</sup>

Lloyd-Jones (1899-1981), em sua exposição da Carta de Paulo aos Efésios, resumiu bem a relevância bíblica desta questão, particularmente nos dias atuais:

Isso é importante, nesse sentido, que mostra que o homem, em consequência do pecado, em consequência de ser ele dominado pelo diabo e pelo princípio que este introduziu, e pela mente deste mundo, acha-se em tal estado e condição que ele não pode obedecer a Deus. É isso que o grande Martinho Lutero chamava "escavidão da vontade". Contudo, para o homem em pecado e para o homem moderno, que doutrina odiosa! "A escavidão da vontade!" A minha vontade é livre, diz o homem. O homem gosta de pensar que é absolutamente livre para escolher o que quiser, que ele pode escolher servir a Deus, se o desejar; que pode escolher ser cristão, se assim for o seu desejo. A afirmação da vontade do homem, do livre-arbítrio, é a ordem do dia. Mas a Bíblia fala em "filhos da desobediência"; e "Vós tendes por pai o diabo, e quereis satisfazer os desejos de vosso pai". Diz o nosso Senhor que você é incapaz. O homem natural não é sujeito "à lei de Deus, nem, em verdade, o pode ser" - ele é incapaz disso. Desde a queda de Adão, isso de livre-arbítrio, de vontade livre quanto a obedecer a Deus, não existe. Adão tinha livre-arbítrio; nunca mais ninguém o teve. A liberdade de vontade perdeu-se na Queda; nesta o homem passou a ser escravo do pecado e a estar sob o domínio do diabo. Sua vontade está presa. "Se ainda o nosso evangelho está encoberto", diz o apóstolo aos Coríntios (II Coríntios 4:3 e 4) "para os que se perdem está encoberto. Nos quais o deus deste século cegou os entendimentos dos incrédulos", para que não creiam no glorioso evangelho de Cristo. O diabo não os deixa crer. "O valente guarda, armado, a sua casa, em segurança" (Lucas 11:21). Essa é a condição do homem sob o domínio do diabo; ele não é livre. Não é livre para não pecar. "Filhos da desobediência"! "Nem, em verdade, o pode ser"! É incapaz disso. Tal a profundidade em que o homem

<sup>30</sup> PINK, Arthur W. *Deus é Soberano*. São Paulo: Editora Fiel, 1985, pp. 101-119.

<sup>31</sup> SPURGEON, C. H. *Livre Arbítrio; um escravo*. São Paulo: Publicações Evangélicas Seleccionadas, s.d., p. 1.

afundou em pecado. E, contudo, é aí que entra o paradoxo, por assim dizer. Apesar disso, tudo o que o homem faz, ele o faz deliberadamente. Ele quer pecar, gosta de pecar, gloria-se em pecar. Não exerce negativamente a sua vontade para pecar; o que ele não pode fazer é querer o bem positivo, o bem espiritual. É incapaz disso, e aí está porque ele precisa "nascer de novo" e ter nova natureza. Mas ele pode querer o mal, e sente prazer em praticá-lo. O que ele não percebe é que ele se tornou incapaz de querer o bem e de querer alguma coisa que esteja direcionada para a salvação. Ele não é livre para isso. Filhos da desobediência, a prole da desobediência, a progênie da desobediência! Há no universo uma mente má, e nós somos seu fruto. Esse é o ensino bíblico. Acaso não é extraordinário que alguém que tem entendimento nestas questões possa discutir isso por um momento que seja? O mundo atual está simplesmente demonstrando e provando esta verdade. Os homens e as mulheres são escravos do diabo, estão sob a escravidão do diabo; estão sob o poder e domínio de Satanás.<sup>32</sup>

#### 2.4. O PROPÓSITO DIVINO NA ELEIÇÃO E A LIVRE AGÊNCIA DO HOMEM

Após nossa tentativa de definir o que a Confissão de New Hampshire quis transmitir com o conceito de "livre agência", cabe-nos, finalmente, procurar responder à seguinte pergunta: O que significa a declaração de que o eterno propósito de Deus na eleição é "*perfeitamente consentâneo com a livre agência do homem, e compreende todos os meios em conexão com esse fim*"?

Primeiramente, esta afirmação tenciona deixar claro que a doutrina do decreto (propósito) da eleição não está destruindo a livre agência moral do homem e nem em contradição com a responsabilidade moral deste. Como disse Spurgeon: "A predestinação de Deus não destrói a livre agência do homem nem alivia a responsabilidade do pecador".<sup>33</sup> Também o teólogo Strong diz que a "livre agência... tem se mostrado consentânea com os decretos (de Deus)".<sup>34</sup> Quando os homens dizem que a soberania absoluta de Deus não pode estar em consonância com a livre agência indicam um mal entendido, quer da livre agência, quer da soberania de Deus, ou de ambas. A livre agência, conforme declara a Confissão de New Hampshire, está em harmonia perfeita, completa e manifesta com a soberania absoluta de Deus. O laço de união entre ambas jaz no fato que a vontade está sujeita ao caráter do seu possuidor.

Dizer que a doutrina da eleição absoluta e incondicional destrói a responsabilidade do homem, é fazer esta última descansar sobre algo fora do homem mesmo. O homem não pode ser responsável por um ato especial de Deus. Ora, o fato de Deus tê-lo ou não escolhido para salvação, não significa que o homem não pode responder por coisa alguma que faça, ou deixe de fazer, como um ser racional. É a Lei de Deus, isto é, a vontade revelada de Deus, o guia e o padrão do homem. Por conseguinte, é a lei de Deus, e não o seu decreto, que fixa o dever e a responsabilidade moral do homem. O decreto de Deus é a sua vontade secreta. O homem nada tem a fazer com isto exceto saber e reconhecer os fatos concernentes. O autor de um pequeno artigo publicado n' *O Jornal Batista* foi feliz ao dizer:

<sup>32</sup> LLOYD-JONES, M. *Reconciliação: Método de Deus*; Exposição sobre Efésios 2. São Paulo: Publicações Evangélicas Seleccionadas, 2003, 416 p.

<sup>33</sup> SPURGEON, C. H. *Sermons*. Vol. 13, p. 30, *cf. op. cit.*

<sup>34</sup> Cf. STRONG, Augustus H. *Systematic Theology*. Westwood, New Jersey: Fleming H. Revell Company, 1967, p. 359-368.

O fato é que a responsabilidade do homem e sua salvação são duas coisas muito diferentes, tão diferentes que a primeira pode existir (e existe) sem a segunda. O homem não é responsável por sua salvação, e sim pelos seus pecados. Ele é um agente livre quanto à sua conduta como um ser racional e no final será julgado a respeito do bem ou do mal que praticou e não pela sua salvação. Sua salvação talvez não será mencionada, quando ele se apresentar diante do tribunal de Deus; porém, os seus maus feitos ou o bem que praticou em nome do Senhor virão à luz. “Ao SENHOR pertence a salvação” e o homem, portanto, não pode ser responsável por aquilo que não lhe pertence. Mas todo homem deve responder diante do tribunal de Deus pela sua conduta individual. O pecado é uma violação do relacionamento entre o Criador e suas criaturas racionais, e este relacionamento constitui o princípio fundamental da responsabilidade do homem. Se ninguém foi salvo, apesar disso, todas as criaturas inteligentes serão responsáveis – “Pois todos pecaram e carecem da glória de Deus” (Rm 3.23).<sup>35</sup>

Em segundo lugar, ao afirmar que a eleição é “*perfeitamente consentânea com a livre agência do homem, e compreende todos os meios em conexão com esse fim*”, a Confissão de New Hampshire procura responder a uma objeção muito comum. Tal objeção é geralmente apresentada nestes termos: “Se Deus, conforme o seu soberano querer, desde a eternidade escolheu a uns e não outros para a salvação, então é desnecessário o uso dos meios para este fim. Os que estão escolhidos para a salvação salvar-se-ão de toda maneira. E os que já estão salvos não carecem de modo algum se preocupar com o assunto; podem se assentar, cruzar as mãos e deixar que o destino misterioso obre.”

Contudo, a conclusão ensejada por estes que assim objetam não tem base na Palavra de Deus, nem na experiência do seu povo eleito e adquirido. Como já tivemos a oportunidade de ver, o decreto de Deus não diminui em nada os deveres do homem para com Deus. A eleição não diminui a responsabilidade do homem diante da lei de Deus, nem diante da chamada ao arrependimento, através da pregação do evangelho. Como vimos, a Confissão de New Hampshire enfatiza, recorrentemente, tanto a graça de Deus como os deveres do homem. Eles não estão em desacordo. E no tocante à responsabilidade dos crentes, citamos ainda o mesmo artigo publicado n’*O Jornal Batista*:

É perfeitamente certo que Deus escolheu tanto os meios como o fim e mandou ao seu povo trabalhar e orar pela salvação do mundo. E colocou no mais profundo do coração dos seus servos consagrados o fazer exatamente isto – “pois somos feita dele, criados em Cristo Jesus para boas obras, as quais Deus de antemão preparou para que andássemos nelas” (Ef 2.10).<sup>36</sup>

Um antigo hino expressa muito bem o equilíbrio destas duas verdades. Eis uma estrofe:

*Firmes, levemos a mensagem santa do Evangelho de Jesus!  
Esta mensagem divina que encanta e que o pecador conduz;  
cheia de bênçãos do glorioso Deus, que descobre os escolhidos seus,  
cheia de amor, traz-nos do céu o fragor da compaixão de Deus  
e dá-nos graça tanta!*

<sup>35</sup> BIBB, M. L. “Objecções à Doutrina da Eleição”. O JORNAL BATISTA, Rio de Janeiro, 11/mai./1928. Traduzido livremente de *The Word and Way*, 1/mar/1928. Atualização ortográfica nossa.

<sup>36</sup> *Ibidem*

Diante do contexto de crescimento dos batistas arminianos, em que muitas questões e objeções eram levantadas, os batistas de New Hampshire declararam que o propósito eterno e soberano de Deus na eleição deve ser sustentado como doutrina notadamente exarada da Palavra de Deus; que ele deve ser confessado pelos batistas; e que ele é "*perfeitamente consentâneo com a livre agência moral do homem, compreendendo todos os meios em conexão com esse fim*".

Logo, em lugar de interpretar a Confissão de New Hampshire como um gradual afastamento do calvinismo dos dias primitivos, é melhor vê-la como uma afirmação da posição calvinista diante das questões específicas suscitadas pela presença e crescimento dos *Batistas do Livre Arbítrio* na Nova Inglaterra. Como acertadamente salientou o professor Lewis, "a formulação de New Hampshire apresentava uma defesa resoluta contra as opiniões arminianas".<sup>37</sup> Os calvinistas não estavam jogando fora seus princípios distintivos; antes disseram: "nós temos uma compreensão bíblica e satisfatória da relação entre a vontade e dever do homem com as doutrinas da Soberania de Deus". As atividades e liderança dos batistas americanos do Norte, naquele período, harmonizam-se perfeitamente com o aspecto conducente desta confissão. Os conceitos nos ministérios de Isaac Backus, John Leland, Luther Rice, Adoniram Judson, Francis Wayland e David Benedict confirmam esta afirmação.<sup>38</sup> Os Batistas do Sul, se até então preferiam a Confissão de Fé de Filadélfia, não experimentavam qualquer divisão teológica em relação aos seus irmãos do Norte.

A última metade do século dezanove assistiu, todavia, uma quase imperceptível e gradual alienação do ininterrupto Calvinismo por parte dos Batistas do Norte dos Estados Unidos, que se separaram em 1845 da sua contraparte sulista. David Benedict mostrava-se apreensivo que tal poderia acontecer, se as tendências que ele identificou em 1860 continuassem.<sup>39</sup> Já pelo tempo de A. H. Strong (1836-1921), presidente do Seminário Rochester, a força do criticismo bíblico e da teoria da evolução (tanto biológica quanto ideológica) era tão penetrante e constrangedora, que escolas e teólogos no Norte não encontravam qualquer caminho para combatê-la. O esforço de Strong em incorporá-las em sua defesa da ortodoxia, ainda que brilhante para aqueles dias e valorosa sempre, falhou em convencer seus contemporâneos, e capitulou também muito cedo no processo. Ambas as mudanças, a saber, o abandono do calvinismo e a intrusão do liberalismo teológico, expressaram-se nas uniões e divisões que caracterizaram, no século XX, a vida Batista do Norte dos EUA.

---

<sup>37</sup> LEWIS, Arthur H. "Os Credos Históricos dos Baptistas". REVISTA TEOLÓGICA. Leiria, Portugal: Seminário Teológico Batista, vol. III, n. 1, p. 36. Jan./1964.

<sup>38</sup> Cf. NETTLES, *op. cit.*, pp. 131-160. Cf. ainda estudo sobre o Calvinismo nos dias primitivos dos Batistas na Nova Inglaterra em SELPH, Robert B. *Os Batistas e a Doutrina da Eleição*. I. ed. São José dos Campos: Editora Fiel, 1990, pp. 23-24.

<sup>39</sup> BENEDICT, *op. cit.*, pp. 135-144.